

Ricardo Burg Ceccim e Cláudia Rodrigues de Freitas
ORGANIZADORES

**fármacos,
remédios,
medicamentos:**

O que a
educação
tem com **isso**
VOLUME 1

editora



redeunida

Coleção Vivências de Educação na Saúde

Ricardo Burg Ceccim e Cláudia Rodrigues de Freitas
ORGANIZADORES

fármacos,

remédios,

medicamentos:

O que a
educação
tem com **isso**

VOLUME 1

editora



redeunida

Coleção Vivências de Educação na Saúde

Sobre esta obra

Ricardo Burg Ceccim; Cláudia Rodrigues de Freitas

A medicalização da vida invade todos os espaços da subjetivação, cognição e afetos, avançando sobre o cenário educacional. A escola, como parte desse complexo movimento de engendramento da vida, presentifica e corrobora o consumo de medicamentos com efeitos sobre a experiência social, o desenvolvimento da subjetividade e a construção da consciência de mundo. A escola, potente espaço de absorção do que se passa na sociedade, mostra-se frágil para fazer frente ao processo de medicalização que a invade por inúmeros dispositivos de subjetivação e hegemonia. Assim, aqueles que deveriam merecer um olhar cuidadoso diante das dificuldades de aprendizagem enfrentadas ou por seus comportamentos dissidentes daquilo que se projeta como norma ao aprender, ao viver e ao conviver recebem “acolhimento” imediato em algum diagnóstico e, diante do mesmo, uma prescrição à escola e à educação.

Cada vez mais, a escola tem identificado crianças com diagnósticos, inclusive porque dela são solicitados informes e declarações sobre desempenho e condutas de alunos e alunas. Verifica-se que questões cotidianas são convertidas em doença. Endossados pelo discurso biomédico/ biomedicalizador, comportamentos e desempenhos se tornam rótulos, classificações e determinações. Problemas da vida contemporânea, como tristeza, desencanto, agitação e desmotivação, entre outros, são associados a descritores de psicopatologia, como transtornos, síndromes, déficits ou distúrbios (Depressão, Transtorno Bipolar, Transtorno Obsessivo-Compulsivo e Transtorno do Déficit de Atenção, com ou sem Hiperatividade, por exemplo, dentre outros). A formação inicial ou continuada de professores pouco tem discutido tais temas e as inúmeras e rápidas transformações científicas e socioculturais que adentram as escolas e suas práticas pedagógicas ali chegam sem contraposição de saberes. As análises de pesquisadores do campo das humanidades têm problematizado posicionamentos do campo biomédico com saberes da psicologia, da antropologia e da saúde coletiva, com poucas evidências da educação e suas intervenções na aprendizagem, sociabilização e invenção das formas de vida. É nesse sentido que uma obra inicial pode convocar pensamentos, reflexões, problematizações e ações.

APRESENTAÇÃO:

Sobre essa obra

Ricardo Burg Ceccim e
Cláudia Rodrigues de Freitas

Desenvolvemos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um Seminário Avançado contando com diversos docentes convidados sob a chamada “Fármacos, remédios, medicamentos: o que a Educação tem com isso?”, preocupados com a presença dos medicamentos na escola, envolvendo alunado e professorado, pensamos que era adequada a abertura de um campo de pensamento não destinado à reflexão sobre prescrição, sobre administração ou sobre uso seguro dos fármacos, mas aos agenciamentos em uma educação da cultura, nas pedagogias do corpo e da saúde, nas culturas escolares e da aprendizagem, na educação da infância e na educação para a docência e na educação em classes hospitalares, entre tantos fatores possíveis. Em semestres anteriores já vínhamos trabalhando com os termos da normalização, medicalização e patologização, que faziam referência à medicamentação. Durante tais atividades de ensino, cresceu o interesse pelo debate, pela aquisição de referências reflexivas e problematização de saberes de apoio aos sentidos e motivos da introdução de fármacos na infância, na escola, no ensino, na docência e na aprendizagem.

Nesse sentido, pensamos em abrir o campo “o que a Educação tem com isso?” quando envolvida a medicamentação ou a farmacologização, mas também a medicalização e patologização dos processos de escolarização e de aprendizagem, assim como do devir nos corpos e dos processos subjetivos e de singularização, preocupando-nos com a educação, saúde e processos inclusivos, a educação especial de perspectiva inclusiva, a saúde mental na perspectiva da saúde coletiva e a educação permanente dos profissionais de saúde e educação. Consideramos absolutamente relevante a transposição desse primeiro Seminário com a temática dos fármacos, medicamentos e remédios para o formato de análise, registro e publicação. Para tanto, organizamos, no interior da Linha de Pesquisa “Educação Especial, Saúde e Processo Inclusivos”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, este projeto editorial, convocando textos originais ou retomados, submetidos à seleção por comissão científica com a inserção nos grupos de investigação de tal Linha de Pesquisa. O resultado é a presente obra, composta por 18 capítulos, além do prefácio e posfácio, contando com 41 autores de diversos pontos do Brasil, pelo menos Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Espírito Santo, abrangendo 4 eixos de interlocução: “Normalização, medicalização e patologização da vida e na escola”; “Medicamentos, cuidado e redes de conversa entre educação e saúde”;

“Territórios de escuta, presença e afirmação da vida”; e “Medicalização e novos cenários à inflexão saúde e educação”. Apresentaremos, resumidamente, então, os 18 capítulos que deram corpo à primeira organização selecionada.

“Aprender em rede: olhares da educação inclusiva”, de Sheyla Werner, Anderson Luiz Fernandes Gonçalves, Camila Camargo Prates e Cláudia Rodrigues de Freitas. Conforme os autores, o texto foi pensado a partir de experiências concretas de trabalho em rede e de colaboração desde a palavra desencadeadora de educadoras. O texto se constitui ao dar visibilidade às tessituras possíveis no contexto escolar, tendo uma cena emblemática como disparador do pensar em rede. Objetiva apresentar e provocar a reflexão compartilhada, quebrando o “protocolo” e garantindo encontro no olhar e nas ações em rede para potencializar os modos de estar, de desenvolver e de aprender. Além da necessidade do diálogo sobre as conexões necessárias da rede do(s) aluno(s), a cena apresentada se destina a pensar os processos de inclusão escolar e de medicalização da vida e da atenção. O fio teórico que sustenta a análise se coloca, também, em rede: entre produções da educação e da saúde, entendendo-as como imbricadas na relação do cuidar e do educar. Considera-se pertinente a educação estar aberta e atenta à produção *entre*, ou seja, conexões e tessituras de vínculos com os processos, os profissionais e a família com o objetivo de identificar-se, ampliar-se e potencializar-se a partir das multiplicidades singulares da criança ou do jovem, garantindo estar, permanecer e aprender na escola sustentados em movimentos coletivos.

“Normocentrismo tem remédio? Considerações anticapacitistas na escola”, de André Luís de Souza Lima, Sônia Maria Antônia Holdorf Braun e Carla Karnoppi Vasques. Os autores apresentam o fenômeno da medicalização e da conseqüente medicamentação na escola desde a perspectiva dos estudos sobre a deficiência (*disability studies*) e do capacitismo como conceito emergente desse cenário. As formas de compreender a deficiência são determinantes das práticas pedagógicas com esse público e o modelo médico, no qual a educação encontra assento, mesmo em sua perspectiva inclusiva, peca ao promover e sustentar uma representação de alunos com deficiência como anormais, não capazes e, por isso, alvo de ações medicamentosas com vistas à normatização. Não é surpreendente, dessa forma, que este aluno seja tomado como estranho, um ser não participante daquilo que é definido como ensino de qualidade e alvo de intervenções farmacológicas de inspiração normatizante. Uma perspectiva anticapacitista,

fundamentando-se no modelo social da deficiência, oferece outras possibilidades ao problematizar o que é construído como resposta cultural, histórica, política e epistemológica em relação às diferenças humanas.

“Patologização e medicalização da vida: a infância e os processos de escolarização”, de Carla Maciel da Silva e Claudio Roberto Baptista. Os autores colocam que, nas últimas décadas, temos acompanhado um aumento no contingente numérico de crianças em idade escolar que recebem diferentes tipos de diagnósticos, entre eles, deficiência e transtornos. Consideram que a organização dos critérios diagnósticos, a compreensão do conceito de deficiência e a influência da indústria farmacêutica corroboram uma perspectiva biomédica que tende a classificar e rotular corpos e manifestações. Seu estudo se propõe a analisar os processos de medicalização e patologização da vida, considerando os efeitos desses fenômenos nos processos de escolarização e na constituição do ser criança. Com a análise de tais processos, pretendem problematizar os engendramentos desses fenômenos na produção do que se compreende por produção diagnóstica e percursos patologizantes.

“Diferenças, desigualdades e direitos: raízes da medicalização/patologização da vida e na escola”, de Maria Aparecida Affonso Moysés e Cecília Azevedo Lima Collares. As autoras terminam por perguntar sobre que futuro estamos construindo. Transformar sonhos, utopias, devaneios, questionamentos e discordâncias em doenças mentais? Lembram que abortar sonhos, utopias, devaneios, questionamentos e discordâncias com substâncias psicoativas pode resultar em impossibilidade de futuros diferentes. Alertam que podemos estar legando a nossos filhos e netos o genocídio do futuro. Então, afirmam que a disponibilidade para nos identificarmos com os tantos Reginaldos, Gabrielas, Andrés, Marias e Miguéis pode recuperar a sensibilidade de enxergar o outro e a capacidade de indignação. Para as autoras, defender a vida resistindo aos processos de patologização pode significar um passo mais para a construção de um mundo em que o futuro mereça este nome. Tal futuro somente sobrevirá quando todas as pessoas forem *sujeitos* de fato, e não sejam transformadas em *objetos* que podem ficar à margem dos destinos da humanidade, à margem de suas próprias vidas.

“Racionalidades médicas, medicalização e escola”, de Daniela Dallegrave, Daniele Noal-Gai e Ricardo Burg Ceccim. Nesse capítulo, os autores desdobram o conceito de racionalidade médica integrado à reflexão sobre

medicalização do cuidado, tecendo articulações com os fármacos na escola. Apresentam conceitos importantes para a compreensão da temática, algumas reflexões sobre a inserção de práticas de cuidado oriundas de diferentes culturas e a problematização da formação profissional em saúde. A medicalização na escola é apresentada a partir da compreensão de que pode ocorrer em diferentes racionalidades quando individualidade, família e cultura são desconsideradas em um plano de cuidados. Haveria um mercado de produtos que se insinua na direção da medicalização na escola e rótulos insistiriam por marcar o não aprender, as faltas, os problemas de comportamento e as dificuldades de atenção. Se escola e serviços de saúde muitas vezes colaboram pela medicalização, farmacológica ou não, com os rótulos de incapacidade, deficiência e transtornos, problematizar essa produção representa uma aposta ética, uma construção que pode ser estética e política também.

“O que pode a Gestão Autônoma da Medicação? Protagonismo e transformação das práticas de cuidado em saúde”, de Analice de Lima Palombini, Ana Luiza Ferrer, Douglas Casarotto de Oliveira, Lígia Castegnaro Trevisan, Paula Emília Adamy. Os autores lembram que, conforme os princípios da Reforma Psiquiátrica, a estratégia Gestão Autônoma da Medicação vale-se de uma ferramenta – Guia GAM – e do dispositivo grupal para questionar o uso acrítico dos tratamentos medicamentosos em saúde mental, por meio de trocas entre pessoas que utilizam psicofármacos, reconhecendo o saber experiencial que advém desse uso e problematizando o lugar da medicação na vida das pessoas. Colocam que a estratégia ganhou capilaridade, disseminando-se por diferentes serviços e contextos, o que tem propiciado a invenção de outras possibilidades de sua aplicação, preservados os seus princípios. O texto apresenta experiências de desdobramentos da estratégia GAM no campo da saúde mental e duas experiências que aproximam GAM e Redução de Danos, uma referida ao uso de drogas prescritas e proscritas e outra, ao cuidado em HIV. As experiências narradas têm seu eixo no exercício de cidadania e na participação ativa dos usuários nas decisões que competem às suas vidas, a partir do seu fortalecimento no aprendizado compartilhado entre pares, no conhecimento de seus direitos e na apropriação do cuidado de si e de suas redes de apoio.

“Cogerir com crianças: a (co)Gestão Autônoma da Medicação em experimentação na saúde mental infantojuvenil”, de Janaína Mariano César, Luciana Vieira Caliman, Victoria Bragatto Rangel Pianca, Luana Gaigher

Gonçalves, Alana Araújo Corrêa Simões, Anita Nogueira Fernandes, Merielli Campi Partelli e Adrielly Selvatici. Se propõem os autores a colocar em análise a construção de uma pesquisa-intervenção participativa realizada com grupos de crianças e adolescentes em uma oficina no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil de Vitória/ES, inspirada nos princípios da estratégia da Gestão Autônoma da Medicação: cogestão e autonomia. Visando problematizar a pouca participação de crianças e adolescentes no cuidado em saúde mental, a oficina proposta teve como direção o exercício ético-político da cogestão. O texto versa, sobretudo, sobre os desafios e possibilidades dessa experiência no campo da saúde mental infantojuvenil.

“Medicalização, psicofármacos e portas de saída”, de Lígia Castegnaro Trevisan e Ricardo Lugon Arantes. Para os autores, o tema da medicalização tem sido objeto de estudo e interesse crescente na contemporaneidade. Trazem que é interessante compreender a medicalização a partir de seus processos de engendramento e suas inúmeras estratégias e tecnologias que transcendem a prescrição de medicamentos. A medicalização permitiria observar a permeabilidade deste processo nas mais diversas dimensões da vida cotidiana, desde os hábitos triviais como escovar os dentes ou usar talheres; na nossa forma de experimentar e dar sentido ao mundo, atravessando relações entre significante e significado; e mesmo nas formas de se desenhar as grandes cidades, a partir, por exemplo, dos planejamentos sanitários.

“Guia da Gestão Autônoma da Medicação: articulações com a educação”, de Sheyla Werner e Cláudia Rodrigues de Freitas. Assim as autoras apresentam o seu texto: Encontro. Escuta. Conexões. Sujeitos. Famílias. Trabalhadores da saúde. Educadores. Especialistas. Estudantes. Rende-se ao encantamento de substituir os pontos finais por vírgulas, para, assim, deixar fluir mais o movimento: Famílias, Vínculos, Reflexões, Profissionais, Estudantes, Escuta. O movimento une inícios e caminhos, dizem. As letras iniciais maiúsculas mantêm-se, pois cada elemento produz e inventa, não perdendo sua autoria, enquanto gera o movimento formando uma rede, ou fazendo parte dela, engendrando, assim, redes. Redes da/entre educação e saúde, de agentes que não só percorrem, mas produzem redes. Dessa forma, o pressuposto é a articulação, intrínseca, da educação e saúde. É desse ponto de partida que convidam o leitor a compreender uma estratégia que, embora tenha sido pensada, fundamentalmente, para contextos e espaços da saúde, atravessa a educação. Mas de quais formas ocorrem

esses alinhavos? Que “Estratégia” é esta? Como perceber e potencializar as articulações? São questões as quais conduzem, de alguma forma, sua escrita, como afirmam.

“Educação, saúde e desejo: afeto e prazer no trabalho”, de Guilherme de Souza Müller e Adrise Ferreira de Souza. O texto tem como perspectiva deslocar o olhar do sofrimento e introduzir o tema da ausência do prazer no trabalho em educação e em saúde. Conforme os autores, decisões políticas agravam essas áreas, em especial no serviço público, em que a precarização dos serviços resulta no esgotamento dos trabalhadores e desvalorização profissional. Aliado a isso, afirmam que são propostos modelos educacionais e de saúde que fragmentam as redes de afecção e produzem um cenário de despotencialização. O trabalho na educação, assim como na saúde, imporia e proporia uma intensidade no campo dos encontros e dos afetos, contudo um cenário despotencializador e carente do prazer investiria na subjetividade com a medicalização, medicamentação e procedimentos milagrosos para a felicidade *no* ou *apesar do* trabalho. Com a ausência do prazer e das sensações genuínas dos atos de ensinar e de atender (em saúde) se retiraria também a potência da produção de uma aprendizagem e uma clínica inventivas.

“Medicalização e patologização do sofrimento docente”, de Cristiane da Silva Costa. A medicalização na educação e a patologização da atividade de trabalho do professor constituem o tema central do texto. Sob a ótica das relações e dos processos envolvidos na atividade de trabalho, busca discorrer sobre o tema tratando das questões implicadas no sofrimento no fazer docente. A partir da emergência do adoecimento docente, percorre os caminhos que atravessam essa ocorrência e discute a transformação da precarização da educação e do trabalho docente em patologia, cujo destino é a medicamentação. Observa na resistência a esse processo uma forma de subverter a lógica medicalizante, recuperando o poder de ação docente.

“Medicalização no ambiente escolar: neoliberalismo, neofascismo e a produção de presença”, de Renato Levin Borges. O ensaio busca traçar a relação de medicalização do ambiente escolar com estratégias neoliberais no cenário que o autor designa como emergência do neofascismo brasileiro. Tendo como fio condutor o padecimento psíquico do corpo escolar, intenta demonstrar que este decorre da nova modulação neoliberal contemporânea que sequestra as possibilidades de presença por sua potência e subjetiva

enquanto adoece (despotencializa) a comunidade escolar. Identifica na constituição do que propõe entender por presença o dispositivo de ruptura com os processos medicalizantes e adoecedores na escola.

“Modos de narrar a experiência de pesquisar com crianças na atenção psicossocial”, de Michele da Rocha Cervo. O texto tem como objetivo apresentar a narrativa como um modo de fabricar territórios de escuta, a partir de uma pesquisa com crianças desenvolvida durante o período de doutorado da autora. Relata aquilo que as crianças dizem sobre o modo como os diagnósticos e o sofrimento as constituem, que elas sabem das interferências institucionais, conhecem o estigma e nos mostram a experiência se produzindo na polifonia das vozes. A pesquisadora utiliza-se de ensaios narrativos para apresentar questões que contemplaram a experiência de adoecimento, reconhecendo e nomeando as estratégias utilizadas pelas crianças para lidar com o sofrimento e uso de medicação. Conforme a autora, a narrativa ocupa um lugar importante quando se pesquisa com crianças, mostrando o percurso metodológico e a potência de cada encontro, sejam aqueles de pesquisa sejam outros habitados por conversa. Pesquisar com crianças colocaria o desafio de desafinar o tempo cronológico para tecer o tempo do devir e se fazer experiência para a criança e para o pesquisador, tomando o inacabamento da infância como potência de invenção e ethos da pesquisa, deslizando espaço e posição narrativa.

“Por uma pedagogia do ver/chão: os deslimites de uma educação em saúde”, de Gisele Vicente da Silva e Ricardo Burg Ceccim. A partir da pergunta “Fármacos, remédios e medicamentos: o que a Educação tem com isso?” discute os processos de medicalização, medicamentação e patologização vividos no contemporâneo e suas ausentificações, isto é, as vidas que devem ser invisibilizadas, esquecidas, desprotegidas e largadas no chão para, então encontrar uma pedagogia “do chão” que enseje o reverso/a reversão, assim como “do ver”, como ação da visibilidade. O texto traz a educação e a (ou na) atenção psicossocial de populações não apenas em sofrimento psíquico, mas que precisam uma relação aprendente com certos medicamentos. O texto narra experiências de uma oficina inserida no campo da saúde mental e as produções pedagógicas produzidas na perspectiva de afirmar a vida em sua diversidade e novidade, isso é, em ressingularização permanente sob projetos educativos na saúde como práticas de afirmação da vida em face do cuidado biomédico.

“Medicalização e fracasso escolar: o contexto de curso pré-vestibular”, de Eduardo Barcellos Pantaleão e Roseli Fernandes Lins Caldas. Trazem os autores, que a Psicologia Escolar e Educacional trata de uma área que busca compreender como fenômenos psicossociais ligados à educação desempenham seu papel na construção da subjetividade e do conhecimento. Pesquisaram sobre como a medicalização, fenômeno de transportar algo de origem social para o meio médico, desempenha seu papel na produção do fracasso escolar em vestibulandos. A pesquisa consistiu na aplicação de um questionário via Google Forms a vestibulandos, o qual obteve 134 respostas, bem como a realização de quatro entrevistas semiestruturadas. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois profissionais da psicologia. Foi possível levantar que 15% dos participantes consumiram medicamentos com expectativa de gerar aprimoramento cognitivo e que quanto mais tempo de vivência a amostra tinha nos cursinhos, maior era o consumo de medicamentos. Apresenta ideias de possíveis intervenções clínicas, mas também institucionais e conclui que se trata de um público que lida com demasiado sofrimento psíquico e que a medicalização exerce um papel ativo na manutenção de um sentido alienante nos estudos.

“Processos de adoecimento e a construção da subjetividade na criança e no adolescente hospitalizados e/ou em tratamento de saúde”, de Ricardo Burg Ceccim. O texto discute a atenção em classes hospitalares às crianças e adolescentes sob tratamento de saúde no hospital ou em domicílio, contextualizando a emergência de uma orientação nacional específica e seu desdobramento no interior da educação especial sob a perspectiva inclusiva. Objetivou colocar os termos do desenvolvimento afetivo e cognitivo como processo de subjetivação e a pedagogia hospitalar como impulso de vida na codeterminação do sucesso de terapêuticas e cuidados em saúde. A metodologia foi a do ensaio teórico ou “position paper”, de modo que a análise correspondeu ao fornecimento de argumentos para o debate e defesa das classes hospitalares. Após sugerir práticas curriculares, conclui situando didática e ensino como artesanaria ativa dos encontros de aprendizagem, ponderando que o aprender é também criação de formas de vida, potência de subjetivação e desenvolvimento da criança ou adolescente.

“Processo de medicalização da planta cannabis sativa”, de Guilherme Maltez Souza e Luís Henrique Sacchi dos Santos. O texto argumenta que está em curso um processo complexo, marcado pela intersecção de diferentes dispositivos e que está promovendo o deslocamento discursivo de maconha

para *cannabis*, como parte de um processo de medicalização alicerçado pelo biovalor que pode ser extraído da planta *C. sativa*. Tal deslocamento, conforme os autores, exige, igualmente, um empreendimento pedagógico de produção de determinados tipos de sujeitos, bem como de um percurso formativo – que arriscam denominar, provisoriamente, de “pedagogia da cannabis” – calcado na ciência e, portanto, na expertise dos especialistas e de suas instituições de enunciação.

“Rede de proteção de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: sobre desmedicalizar formas de vida”, de Carla Biancha Angelucci. O texto trata de discutir a produção e a sustentação de uma rede de proteção social a crianças e adolescentes com e sem deficiências que vivem situações de acolhimento institucional. O tema coloca-nos no exercício de pensar a construção de laços sociais entre as crianças e adolescentes, a partir do lugar social de agentes públicos que somos, quando atuamos nas mais diferentes políticas públicas. Agentes sociais com a responsabilidade de acolher pessoas que, muitas vezes, não têm apenas seus laços familiares impedidos, mas seus laços impedidos com a circulação social, com a fruição do direito à cidade. A autora mostra que, em grande parte das situações, suas famílias de origem já tinham sistematicamente prejudicados seus direitos fundamentais, criando cenários de tamanha precarização da vida, que, por vezes, se impede que sustentemos nossa humanidade e a humanidade de nossas crianças e adolescentes. Enfim, o trabalho, então, seria aquele de criar possibilidades de restituição de direitos e de sustentação de intervenções subjetivantes.

NORMALIZAÇÃO, MEDICALIZAÇÃO E PATOLOGIZAÇÃO DA VIDA E NA ESCOLA



Aprender em rede:

olhares da educação inclusiva

Normocentrismo tem remédio?

considerações anticapacitistas na escola

Patologização e medicalização da vida:

a infância e os processos de escolarização

Diferenças, desigualdades, direitos:

raízes da medicalização/patologização da vida e na escola

Racionalidades médicas, medicalização e escola



NEPIE



e-livro
SUSTENTABILIDADE
editora redeunida

A Editora Rede UNIDA oferece um acervo digital para acesso aberto com mais de 200 obras. São publicações relevantes para a educação e o trabalho na saúde. Tem autores clássicos e novos, com acesso gratuito às publicações. Os custos de manutenção são cobertos solidariamente por parcerias e doações.

Para a sustentabilidade da Editora Rede UNIDA, precisamos de doações. Ajude a manter a Editora! Participe da campanha “e-livro, e-livre”, de financiamento colaborativo. Acesse a página e faça sua doação.

Com sua colaboração, seguiremos compartilhando conhecimento e lançando novos autores e autoras, para o fortalecimento da educação e do trabalho no SUS, e para a defesa das vidas de todos e de todas.

Acesse nossos links:

- >> Biblioteca Digital da Editora Rede Unida
- >> Campanha “e-livro, e-livre” de sustentabilidade das publicações abertas

E lembre-se: compartilhe os links das publicações, não os arquivos. Atualizamos o acervo com versões corrigidas e atualizadas e nosso contador de acessos é o marcador da avaliação do impacto da Editora.

Ajude a divulgar essa ideia!

FÁRMACOS, REMÉDIOS, MEDICAMENTOS: O QUE A EDUCAÇÃO TEM COM ISSO?



CECCIM, Ricardo Burg; FREITAS, Cláudia Rodrigues de (org.). **Fármacos, remédios, medicamentos: o que a Educação tem com isso?**. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021. (Coleção Vivências em Educação na Saúde). E-Book (PDF; 4,36 Mb). ISBN 978-65-87180-29-8.

A medicalização da vida define formas de subjetivação e cria modos de vida e de existência humana na contemporaneidade. A medicalização reporta à apropriação da vida pela racionalidade científica ou por uma determinada racionalidade científica que produz processos de patologização a partir de uma compreensão biologizante dos fenômenos existenciais. No movimento de transformação das condições de vida em sintomas, vivemos um adoecimento individual e coletivo e, principalmente, um apagamento das múltiplas nuances de existir e de ser humano.

Fabiane Romano de Souza Bridi (Prefácio)

Tornamo-nos pessoas que sentem que, se algo vai mal, há de haver uma doença localizada em um certo corpo e uma cura assentada em saberes desenvolvidos em campos científicos. A equação corpo-doença-medicação saiu do estatuto de uma possibilidade e tornou-se uma forma geral em que muitos fenômenos devem se encaixar. A força dessa equação opera uma lógica reducionista presente nas práticas do campo da saúde, da educação e da assistência social. Rompê-la foi tarefa deste livro que, ao ampliar a análise sobre a construção das situações problemáticas (...), amplia, também, as formas de enfrentamento.

Adriana Marcondes Machado (Posfácio)

editora



redeunida